



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TARDE

ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ANALISTA DE GESTÃO DE TIC

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 70 questões objetivas e uma discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, **sem levar o caderno de provas**
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar a folha de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e na folha de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e na folha de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala e providências
- O preenchimento da folha de respostas e da folha de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições na folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Há diferentes processos de raciocínio; entre as frases abaixo, aquela que mostra o método indutivo de raciocínio é a seguinte:

- (A) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões provêm deste saco, logo eles são pretos.
- (B) Estes feijões provêm deste saco, estes feijões são pretos, logo todos os feijões deste saco são pretos.
- (C) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões são pretos, logo os feijões provêm deste saco.
- (D) Os feijões deste saco são pretos, assim, eles são pretos porque provêm deste saco.
- (E) Estes feijões deste saco são pretos e também são pretos estes feijões, logo eles provêm deste saco.

2

O escritor italiano Leopardi escreveu em seus *Pensamentos*:

“Como as prisões e as galeras estão cheias de pessoas, segundo elas, inocentíssimas, assim os empregos públicos e as honrarias de toda espécie são ocupados apenas por pessoas convidadas e forçadas a aceitar a seu malgrado. É quase impossível encontrar alguém que confesse ter merecido as penas que sofre, ou procurado ou desejado as honrarias de que goza”.

Sobre a estruturação ou a significação desse fragmento textual do século XVIII, é correto afirmar que:

- (A) os presos e os ocupantes de cargos públicos de importância mostram em comum a hipocrisia;
- (B) o pronome “elas” se refere, anaforicamente, aos substantivos “prisões” e “galeras”;
- (C) a forma verbal “são ocupados” se combina semanticamente com “empregos públicos” e “honrarias”;
- (D) os termos “forçadas” e “penas que sofre” são empregados por ironia;
- (E) o termo “toda espécie” deveria ser adequadamente substituído por “toda a espécie”.

3

A língua escrita tem diferentes funções. Cada uma das alternativas abaixo contém um texto no qual se evidencia uma dessas funções.

A alternativa em que essa função está corretamente explicitada é:

- (A) A cozinheira abriu o livro de receitas de sua avó e seguiu passo a passo as instruções ali dadas. / nesse caso, a função da escrita é a preservação de conhecimentos;
- (B) O rapaz escolheu um dos mais belos poemas de Camões para mandar à sua namorada, mas perguntou-se se aquele poema, de tanto tempo atrás, ainda fazia efeito. / nesse caso, a função da escrita é a de transferir um texto de um local a outro;
- (C) O leitor apreciou com emoção o texto de Guimarães Rosa, que já lia pela vigésima vez, tal a sua beleza. / nesse caso, a função da escrita é transmitir conhecimento para o leitor;
- (D) O repórter colocou à sua frente os nomes dos políticos que precisava citar na reportagem. / nesse caso, a função da escrita é produzir textos de qualidade artística;
- (E) O publicitário fez um cartaz colorido e pregou suas cópias nas paredes do bairro a fim de que os vizinhos conhecessem o produto. / nesse caso, a função da escrita é a de memorizar.

4

A frase abaixo que mostra confusão entre os parônimos “cavaleiro” e “cavalheiro” é:

- (A) “Como deveria tratar as damas e cavalheiros, em meio de um grande salão cheio de espelhos e cadeiras douradas?” (O Cortiço – Aluísio Azevedo);
- (B) “A força moral da nação tinha, portanto, desaparecido, e a força material era apenas um fantasma; porque, debaixo das lorigas dos cavaleiros e dos saios dos peões das hostes não havia senão ânimos gelados, que não podiam aquecer-se ao fogo do santo amor da terra natal.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (C) “A esta gente bruta e indomável, cujo esforço vem das crenças da outra vida, se juntam os esquadrões de cavaleiros sarracenos que vagueiam pelas solidões da Arábia, pelas planícies do Egito e pelos vales da Síria...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (D) “Os raios matutinos faziam alvejar os turbantes e cintilavam nos ferros das lanças que os cavaleiros tinham em punho...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (E) “Os cavalheiros passaram um pelo outro como relâmpagos, para logo tornarem a voltar arrancando das espadas.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano).

5

Observe as frases abaixo, retiradas da obra *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano.

A alternativa em que está correta a forma da palavra sublinhada é:

- (A) “Nestes corações, aonde reinavam afetos ao mesmo tempo ardentes e profundos, porque neles a índole meridional se misturava com o caráter tenaz dos povos do norte, a moral evangélica revestia esses afetos de uma poesia divina...”;
- (B) “Nunca a sua mão benéfica deixou de estender-se para o lugar aonde a aflição se assentava; nunca os seus olhos recusaram lágrimas que se misturassem com lágrimas de alheias desventuras.”;
- (C) “Servo ou homem livre, liberto ou patrono, para ele todos eram filhos. Todas as condições se nivelavam onde ele aparecia.”;
- (D) “E o animal que ri e chora, o rei da criação, a imagem da divindade, aonde é que se escondera?”;
- (E) “– Quero respirar o ar puro e fresco da tarde; mais nada repliquei. – Leva-me, onde te aprover.”.

6

A frase que mostra um termo sublinhado que só pode ser identificado graças ao conhecimento de mundo do leitor, já que não foi mencionado antes, é:

- (A) O telefone tocou no escritório e o toque foi escutado por todos os presentes.
- (B) A igreja estava cheia, pois era dia de casamento de gente importante; o sacerdote estava com a batina nova.
- (C) A mulher estava grávida de seis meses e durante toda a gravidez pediu que lhe comprassem doces variados.
- (D) O carro era novo e o proprietário exigia que os passageiros limpassem os pés antes de entrarem no veículo.
- (E) Os convidados deixavam os presentes na porta onde eles recebiam a identificação do doador.

7

Todas as frases abaixo mostram um substantivo precedido por um artigo definido. A explicação para esse emprego é dada ao final de cada frase.

A única explicação incorreta é:

- (A) Uma das joias herdadas de meu pai foi um relógio de ouro, datado de 1780. A peça, digna de um museu, havia sido comprada por meu avô em um leilão. / referência a um termo anterior por meio de um hiperônimo;
- (B) A cooperativa agrícola é de todos os sócios com igualdade de direitos. A assembleia de sócios elege uma junta diretora e a junta toma as decisões necessárias. / repetição de um termo já mencionado anteriormente;
- (C) Augusta havia idealizado o seu príncipe encantado como um cavalheiro do século XVIII, um produto de uma tradição cultural concreta. E aqui convém recordar que as tradições culturais constituem um fator de peso nessa área. / referência baseada no conhecimento de mundo do leitor;
- (D) Pode-se imaginar uma apólice de seguros que cobrisse os danos provocados por incêndios florestais? Dada a frequência e magnitude dessas catástrofes, o contrato não seria rentável para nenhum dos lados. / referência a um termo já mencionado (“apólice de seguros”);
- (E) O hotel em Copacabana recebe o turista em um hall espelhado de onde sai um corredor que conduz diretamente aos apartamentos. A passagem está decorada com móveis antigos. / repetição de um termo já mencionado por meio de um sinônimo.

8

No texto abaixo, é necessário apresentar pela primeira vez a entidade a que depois se faz referência.

“_____ deixaram obsoletas, em 1937, as de algodão, seda ou lã. As empregadas da casa Du Pont, firma em que trabalhava o inventor dessa peça feminina, Wallace Carothers, foram as primeiras a experimentarem essas meias eróticas. A seguir se venderam 64 milhões de pares nos Estados Unidos.”

A forma mais adequada estruturalmente para preencher a lacuna da frase é:

- (A) As meias de náilon;
- (B) As meias;
- (C) As novas meias;
- (D) As peças femininas eróticas;
- (E) As meias revolucionárias.

9

Uma pergunta muito comum é “Para que aprender a escrever?”. Entre as frases abaixo, aquela que NÃO serve de resposta a essa pergunta é:

- (A) “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (Crítica Literária – Machado de Assis);
- (B) “Aprende a escrever bem ou a não escrever de jeito nenhum.” (Ensaio sobre a Sátira – Dryden);
- (C) “À questão sempre formulada: ‘Por que escreveis?’ a resposta do poeta será sempre a mais breve: ‘Para viver melhor.’!” (Resposta a um Questionário – Saint-John Perse);
- (D) “Se escrevo é primeiro porque amo os homens. Tudo vem disso pra mim. Amo e por isso é que sinto esta vontade de escrever, me importo com os casos dos homens, me importo com os problemas deles e necessidades.” (Cartas a Manuel Bandeira – Mário de Andrade);
- (E) “Instruir e divertir os povos deve ser o empenho dos escritores; os mais hábeis são os que instruem divertindo.” (Máximas, Pensamentos e Reflexões – Marquês de Maricá).

10

A frase abaixo – retirada do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo – em que a palavra “coisa” foi substituída por uma palavra ou expressão de valor referencial inadequado ao contexto é:

- (A) “A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca podia servir para essas coisas!” / funções;
- (B) “Era um bocadinho supersticiosa: não queria as chinelas emborcadas debaixo da rede e só aparava os cabelos durante o quarto crescente da lua. ‘Não que acreditasse nessas coisas’, justificava-se ela, ‘mas fazia porque os outros faziam.’” / tradições;
- (C) “— Tem já o seu pecúlio, tem! considerava ele. A mulher que o quisesse, levava um bom marido! Aquele virá a possuir alguma coisa... é moço de muito futuro!” / bens;
- (D) “Era cronicamente virgem, mas afirmava que em moça, rejeitara muito casamento bom. Dava-se a coisas de igreja; sabia vestir anjos de procissão e pintava os cabelos com cosmético preto.” / atividades;
- (E) “Dias, o piedoso, o doce Luís Dias, também comparecera aquela noite à sala do patrão. Lá estava, metido a um canto, roendo ferozmente as unhas, o olhar imóvel sobre Ana Rosa, que, ao piano, dispunha-se a tocar alguma coisa e experimentava as teclas.” / música.

11

Em todas as alternativas abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes demonstrativos.

A única frase em que o pronome substituto NÃO é um pronome demonstrativo, como os demais, é:

- (A) “Não devemos nunca nos acostumar com a vida; isto seria a morte.” (Paulo Bomfim);
- (B) “Poucas vezes quem ganha o que não merece agradece o que ganha.” (Quevedo);
- (C) “Deve-se evitar chamar alguém por um apelido, ainda que ele esteja acostumado a isso.” (W. Hazlitt);
- (D) “E desde então todo o povo alemão foi dividido pelo seu governo em duas classes: a dos espíões e a dos espionados.” (Ludwig Börne);
- (E) “Adular os tolos é um meio ordinário de os desfrutar; os velhacos o empregam eficazmente.” (Marquês de Maricá).

12

Nas opções abaixo, há termos destacados que são omitidos na continuidade da frase.

A exceção é:

- (A) “O progresso é a injustiça que cada geração comete em relação à precedente.” (M. Cioran);
- (B) “Amigo verdadeiro é aquele que nos quer apesar de nada.” (Sofocleto);
- (C) “Longo é o caminho ensinado pela teoria, curto e eficaz, o do exemplo.” (Sêneca);
- (D) “De nada serve ao homem ganhar a Lua se chega a perder a Terra.” (François Mauriac);
- (E) “O computador é tão tolo quanto o homem.” (Giraudoux).

13

A frase em que a substituição de um termo extenso (sublinhado) por um mais simples acarreta alteração significativa do sentido original é:

- (A) A totalidade dos eleitores foi impedida de votar em função do temporal que assolou a região. / Todos os;
- (B) Os governos esperam que os eleitores reconheçam os benefícios que lhes foram feitos. / bens;
- (C) Nem sempre a utilização de um remédio traz benefício à saúde. / o uso;
- (D) Os novos decretos institucionalizados não foram bem recebidos pela população. / impressos;
- (E) Um mal generalizado deixa de ser visto como um mal. / geral.

14

Em todas as frases abaixo, estão sublinhados um substantivo e um adjetivo.

A opção em que o adjetivo NÃO corresponde semanticamente ao substantivo é:

- (A) As crianças algumas vezes mudam de reações diante das mesmas coisas e essa mudança infantil é frequente.
- (B) Os esgotos urbanos são muito importantes para a limpeza das idades.
- (C) Periódicos exames cardíacos deixam o coração em paz.
- (D) A Lua continua trazendo surpresas e agora mesmo os chineses trouxeram novidades sobre a face lunar oculta.
- (E) Após a leitura de várias linhas, o aluno decidiu abandonar essa leitura literal e ler mais rapidamente.

15

Considere a frase de Eugênio Mohallem a seguir.

“Aniversário: aquela festa onde comemoramos estar um ano mais próximo da morte.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a frase mostra uma estrutura de definição de um termo, feita de forma objetiva;
- (B) o termo “aniversário” foi referido por meio de um sinônimo (“festa”);
- (C) o emprego do demonstrativo “aquela” se justifica pela referência a um tempo distante;
- (D) o termo “onde” mostra um mau emprego, devendo ser substituído por “quando”;
- (E) a frase traz uma visão otimista de um aniversário.

16

Leia a frase de Epicuro a seguir.

“A morte não é nada, já que quando somos, a morte ainda não veio, e quando a morte vem, já não somos.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a repetição do termo “a morte” não traz um problema de estruturação da frase porque há ênfase intencional no emprego;
- (B) como o verbo “ser” é um verbo de ligação, seu emprego na frase reduz a qualidade do texto;
- (C) a expressão “não é nada” equivale a “é tudo”, podendo esta substituir a forma anterior;
- (D) os termos “ainda” e “já” são expressões de tempo, respectivamente de tempo passado e tempo futuro;
- (E) a forma “vem” está inadequada e deveria ser substituída por “vier”, já que se trata de um evento futuro.

17

Todas as opções abaixo mostram orações adjetivas sublinhadas; a alternativa em que houve uma substituição inadequada de uma oração por um adjetivo ou locução é:

- (A) “A maior lição que a idade madura nos dá é aprender a ser o que somos.” (Gal Costa) / da maturidade;
- (B) “A mocidade é um dia que passa.” (Carmen Suplicy) / passageiro;
- (C) “As únicas raízes que precisamos preservar são as da mandioca.” (Joãosinho Trinta) / preservativas;
- (D) “A espécie humana é a única que sabe que deve morrer.” (Voltaire) / consciente de;
- (E) “Os homens não seguem aqueles que estão em dúvida.” (Walter Lippmann) / vacilantes.

18

Um problema frequente na língua escrita é a redundância, ou seja, a utilização de palavras com o mesmo significado, tornando-as desnecessárias.

A frase abaixo que NÃO mostra nenhum tipo de redundância é:

- (A) “Não me preocupo tanto com o que sou na opinião dos outros, quanto com o que sou na minha própria opinião.” (Montaigne);
- (B) “O homem pouco inteligente não pode ter ilusões: ou engana-se a si mesmo ou trata de enganar os outros.” (Stendhal);
- (C) “A pessoa deveria se autoexaminar por bastante tempo antes de pensar em condenar os outros.” (Molière);
- (D) “Uma lagarta que buscasse conhecer a si própria jamais se transformaria numa borboleta.” (André Gide);
- (E) “Cego é o homem que enxerga somente a sua imagem no espelho.” (Ana Maria B. Gil).

19

Na frase de César Augusto – “Apressa-te devagar.” – há a presença de um paradoxo, ou seja, o emprego de palavras que contrariam a lógica ou o senso comum, o que também ocorre na seguinte frase de Machado de Assis:

- (A) “Faria, apesar do dia e da festa, ria mal, ria sério, ria aborrecido, não acho forma de dizer que exprima com exatidão a verdade.” (Memorial de Aires);
- (B) “Mas já que falei dos meus tios, deixem-me aqui fazer um curto espaço genealógico.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas);
- (C) “Sabemos que a moça não era bonita. Pois estava linda, à força da felicidade.” (Quincas Borba);
- (D) “Estava em casa de D. Cesária, onde a irmã escurecia tudo com a sua viuvez recente.” (Memorial de Aires);
- (E) “Eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas).

20

Um dos problemas mais frequentes na língua escrita é o da repetição de palavras idênticas, gerando uma série de diferentes estratégias para evitá-la. Em todas as frases abaixo há repetições de palavras idênticas.

A observação adequada sobre uma dessas repetições é:

- (A) “Se você não for melhor amanhã que hoje, então para que você precisa do amanhã?” (Rahbi da Bratislava) / repetição de palavras da mesma classe gramatical;
- (B) “Um homem competente é um homem que se equivocou segundo as regras.” (Paul Valéry) / repetição de palavras de diferentes classes gramaticais;
- (C) “A adolescência é um tribunal inesperado: o julgamento do pai pelo filho e o julgamento do filho pelo pai.” (Paulo Mendes Campos) / repetição de palavras com significado e classe diferentes;
- (D) “Se os fatos contradizem os profetas, pior para os fatos.” (Nelson Rodrigues) / repetição de palavras da mesma classe gramatical e mesmo significado;
- (E) “A alma é essa coisa que nos pergunta se a alma existe.” (Mário Quintana) / repetição de palavras de significados diferentes.

Legislação Especial, Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Ética no Serviço Público

21

O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, é composto pela totalidade dos desembargadores integrantes da Corte e é presidido pelo seu presidente, a quem caberá organizar suas pautas, conduzir as sessões e decidir pontualmente sobre questões de ordem, submetendo-as ao Plenário em caso de oposição de qualquer de seus membros.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que as sessões do Tribunal Pleno:

- (A) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria simples dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (B) poderão ser presenciais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por três quintos dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (C) serão presenciais, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (D) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (E) serão presenciais, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso.

22

Lucas, analista lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, praticou, no exercício de suas funções, infração disciplinar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 03/2025 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que cabe à Comissão:

- (A) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (B) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (C) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Conselho da Magistratura, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (D) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele;
- (E) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele.

23

As serventias judiciais fornecerão certidão relativa ao ajuizamento ou processamento de feito, ressalvados os processos abarcados por segredo de justiça, observadas as disposições legais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (B) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente;
- (C) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (D) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas;
- (E) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas.

24

Durante a campanha eleitoral, Caio, candidato ao cargo de prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, prometeu aos eleitores que iria defender a criação de uma Comarca na referida municipalidade, de forma a ampliar o acesso à justiça por parte da coletividade em geral.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, a instalação da Comarca Alfa deverá ser feita por:

- (A) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça ou da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (B) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência da Assembleia Legislativa;
- (C) lei de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (D) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato do governador do estado;
- (E) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal.

25

O Supremo Tribunal Federal foi provocado a decidir sobre a validade de uma lei municipal que tornava obrigatória a adaptação de computadores para pessoas com deficiência visual em *lan houses*, *cyber* cafés e estabelecimentos similares.

No que se refere a esse tema, de acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência é:

- (A) da União;
- (B) dos estados;
- (C) dos municípios;
- (D) da União e dos estados;
- (E) da União, dos estados e dos municípios.

26

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) instituiu o mecanismo da tomada de decisão apoiada, que consiste em um instrumento processual eficaz para auxiliar e apoiar a pessoa com deficiência a tomar decisões.

Sobre esse instrumento, é correto afirmar que:

- (A) qualquer pessoa pode apresentar denúncia sobre eventual negligência de um apoiador;
- (B) a pessoa com deficiência pode selecionar até três pessoas para servirem como apoiadoras;
- (C) o Ministério Público pode indicar um indivíduo ou instituição para atuar como apoiador;
- (D) a pessoa apoiadora pode colocar fim imediato ao acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada;
- (E) prevalecerá, em regra, a opinião da pessoa apoiada em caso de divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores.

27

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada pelo Brasil conforme procedimento previsto no Art. 5º, §3º, da Constituição Federal, tendo sido promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

A Convenção reconhece que as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência podem ser agravadas por outras formas de discriminação sofridas por grupos marginalizados, razão pela qual contém dispositivo específico para alguns desses grupos, como:

- (A) idosos com deficiência;
- (B) mulheres com deficiência;
- (C) indígenas com deficiência;
- (D) transexuais com deficiência;
- (E) pessoas negras com deficiência.

28

A Lei nº 13.146/2015 prevê, em seu Título II (“Dos crimes e das infrações administrativas”), uma série de condutas ilícitas que, se praticadas, podem resultar em pena de reclusão de até 14 anos.

Será de competência da Justiça Federal o processamento e julgamento do crime de discriminação contra pessoa com deficiência, previsto no Art. 88 da referida Lei, quando praticado mediante:

- (A) publicação em revista on-line;
- (B) afixação de pôster ou *banner*;
- (C) troca de mensagens por aplicativo;
- (D) publicação de conteúdo em rede social aberta;
- (E) impressão de jornal de grande circulação.

29

Antônio, servidor público estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, era desafeto do seu superior hierárquico. Este último, com o objetivo deliberado de prejudicá-lo, decidiu transferir Antônio para localidade distante, embora não fosse identificada necessidade do serviço. Irresignado, Antônio reuniu provas do ocorrido e encaminhou representação ao Ministério Público, solicitando o ajuizamento de ação em face do seu superior hierárquico em razão da prática de ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992.

Na situação descrita, o Ministério Público concluiu corretamente, em relação à conduta do superior hierárquico, que:

- (A) a conduta não configura ato de improbidade administrativa, em razão do seu não enquadramento na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) o desvio de finalidade afronta a moralidade administrativa, estando caracterizado ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992;
- (C) a não caracterização do dolo do superior hierárquico impede o enquadramento da conduta na tipologia da Lei nº 8.429/1992 em que se subsume;
- (D) a conduta do superior hierárquico causou dano à esfera jurídica de Antônio, configurando ato de improbidade administrativa em razão do especial fim de agir que a motivou;
- (E) a tipologia da Lei nº 8.429/1992 é exemplificativa, o que permite o enquadramento da conduta do superior hierárquico na figura tipológica de violação aos princípios regentes da atividade estatal.

30

Joana é servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em razão do seu elevado nível de dedicação ao serviço, além da simpatia e solicitude que caracterizam a sua interação com os usuários do serviço, era comum que recebesse presentes, com valor comercial, de modo dissociado de ações de divulgação e de eventos especiais ou datas comemorativas. Os bens buscavam apenas lhe agradar, não estando condicionados ou relacionados a qualquer ato afeto ao exercício funcional. Apesar da boa-fé com que se conduzia, Joana foi aconselhada a analisar o Código de Ética e Conduta dos Servidores e Colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Provimento CGJ nº 32/2021), de modo a verificar se o recebimento de presentes era efetivamente permitido.

Após a análise realizada, Joana concluiu corretamente que o recebimento dos referidos presentes, nas condições indicadas, é:

- (A) vedado, em qualquer hipótese;
- (B) permitido, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedado, caso os idênticos presentes não sejam oferecidos à generalidade dos servidores lotados no mesmo órgão de Joana;
- (D) permitido, desde que a soma dos presentes recebidos anualmente não ultrapasse o limite anual de um salário mínimo;
- (E) permitido, desde que não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para o servidor ou para a Administração Pública, devendo ser doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

O TJRJ hospeda a aplicação web Consulta+ em uma instância de computação, na nuvem pública. A equipe de analistas do tribunal precisa escalar a capacidade de atendimento da aplicação, que atualmente suporta 5.000 requisições por minuto, para ao menos 12.000 requisições por minuto. A equipe deve decidir entre adicionar recursos à instância atual, que passaria a suportar mais 14.000 requisições por minuto, por R\$ 5.000,00 a mais, ou adicionar novas instâncias, cada uma suportando 3.000 requisições por minuto, por R\$ 1.050,00 cada uma. A escolha dos analistas deve ser aquela de melhor custo-benefício.

Para aumentar a capacidade de Consulta+, os analistas do TJRJ devem optar pela escalabilidade:

- (A) vertical, adicionando três novas instâncias;
- (B) horizontal, adicionando três novas instâncias;
- (C) vertical, adicionando recursos à instância atual;
- (D) horizontal, adicionando quatro novas instâncias;
- (E) horizontal, adicionando recursos à instância atual.

32

Durante a análise do tráfego de rede em um ambiente corporativo, um analista identificou um grande volume de handshakes do protocolo TCP ocorrendo simultaneamente.

A princípio, o analista não deve se preocupar, pois o handshake do TCP é:

- (A) um procedimento obrigatório que visa a otimizar a velocidade da conexão;
- (B) um procedimento utilizado para sincronizar os números de sequência dos pacotes transmitidos;
- (C) a fase onde são negociados parâmetros de segurança entre as partes comunicantes;
- (D) um procedimento de autenticação que verifica a identidade dos dispositivos antes de permitir a troca de pacotes;
- (E) um mecanismo de controle de fluxo que limita a quantidade de pacotes transmitidos para evitar sobrecarga na rede.

33

O sistema operacional S está executando um processo P. Em determinado momento, P tenta realizar uma operação de entrada/saída (E/S). Estando o dispositivo de E/S solicitado por P indisponível no momento, S coloca P em estado de espera. Para evitar que o processador fique ocioso durante essa espera, S, sendo um sistema operacional moderno, emprega um mecanismo específico que viabiliza o uso da CPU por outro processo ao mesmo tempo em que P aguarda a conclusão da operação de E/S.

Nesse cenário, o sistema operacional S emprega, especificamente, o mecanismo de:

- (A) troca de contexto;
- (B) alocação de memória virtual;
- (C) escalonamento por prioridade;
- (D) multiprocessamento simétrico;
- (E) gerenciamento de interrupções.

34

A empresa de segurança de direito privado TJSeg foi contratada para proteger as dependências físicas de um Tribunal de Justiça. Para cumprir as obrigações acordadas, a TJSeg necessita coletar e tratar, em sua totalidade, dados pessoais dos visitantes do tribunal, por meio de sistemas de vigilância e controle de acesso. O tratamento de dados na TJSeg deve considerar a aplicabilidade, ou não, da LGPD (Lei nº 13.709/2018).

O tratamento de dados realizado pela TJSeg, nesse contexto, deverá ocorrer:

- (A) em observância parcial à LGPD, caso a empresa possua capital integralmente constituído pelo poder público;
- (B) isento da LGPD, por se enquadrar na atividade de segurança do Estado, sendo regido por legislação específica;
- (C) em total observância à LGPD, por não se enquadrar em nenhum dos casos previstos para isenção de aplicabilidade;
- (D) isento da LGPD, desde que a empresa se submeta a um processo de avaliação de impacto no que se refere à proteção de dados pessoais;
- (E) isento da LGPD, desde que a empresa atue sob a tutela e a supervisão direta do tribunal e que o tratamento seja estritamente proporcional e necessário para a segurança das dependências físicas.

35

O Tribunal de Justiça do Estado X utiliza o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a tramitação eletrônica de processos judiciais. As regras gerais sobre o PJe exigem que o sistema esteja acessível ininterruptamente, exceto nos períodos de manutenção. As regras específicas estabelecem que a disponibilização do inteiro teor dos documentos juntados ao PJe seja restrita às respectivas partes processuais, aos advogados em geral, ao Ministério Público e aos magistrados.

Os fundamentos da segurança da informação assegurados, respectivamente, pelas regras gerais e específicas são:

- (A) autorização e integridade;
- (B) autorização e autenticação;
- (C) disponibilidade e integridade;
- (D) disponibilidade e autenticação;
- (E) disponibilidade e confidencialidade.

36

A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) é o principal instrumento de promoção da governança ágil e da transformação digital do Poder Judiciário.

De acordo com a ENTIC-JUD, cada órgão do Poder Judiciário deverá elaborar e manter o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

De acordo com o previsto na Resolução CNJ nº 370/2021, é correto afirmar que:

- (A) as aquisições de bens e a contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) deverão atender às determinações do Tribunal de Contas da União;
- (B) as despesas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) terão preferência sobre as demais quando houver determinação expressa da administração do Tribunal;
- (C) os órgãos que possuem em seu planejamento o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) poderão continuar a utilizar esse instrumento até o término de sua vigência;
- (D) os órgãos do Poder Judiciário deverão constituir ou manter um Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação composto por representantes da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- (E) as áreas de TIC de todos os órgãos do Poder Judiciário deverão constituir ou manter Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, coordenado pelo titular da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

37

A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) tem como meta promover a melhoria da governança, da gestão e da colaboração tecnológica no âmbito do Poder Judiciário.

As áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) de todos os órgãos do Poder Judiciário deverão constituir ou manter um Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação com a atribuição de:

- (A) definir a carteira de projetos e a gestão de portfólio de serviços de TIC;
- (B) aprovar planos estratégicos, disseminando a importância da área de TIC nos tribunais;
- (C) envolver a área de negócio nas decisões estratégicas que incidem sobre os serviços de TIC;
- (D) estruturar escritório de projetos que favoreça o emprego de práticas de gestão de projetos especificadas pelo tribunal;
- (E) estabelecer Plano de Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) para iniciativas de curta duração ou escopo simplificado.

38

O COBIT® 2019 foi desenvolvido com base em dois conjuntos de princípios: princípios que descrevem os requisitos essenciais de um sistema de governança para informação e tecnologia corporativas e princípios para uma estrutura de governança que pode ser usada para construir um sistema de governança.

Sobre os princípios do COBIT® 2019, é correto afirmar que:

- (A) um sistema de governança deve empregar indistintamente atividades e estruturas de governança e gestão;
- (B) um sistema de governança deve abranger especificamente a função de tecnologia da informação, em que o processamento de informações da empresa é realizado;
- (C) cada empresa precisa de um sistema de governança para satisfazer suas necessidades internas, independentemente do valor agregado pelo uso da tecnologia da informação;
- (D) um sistema de governança de tecnologia da informação corporativa é constituído a partir de componentes homogêneos e específicos que interagem ocasionalmente;
- (E) um sistema de governança deve ser adaptado às necessidades da empresa, usando um conjunto de fatores de desenho como parâmetros para personalizar e priorizar os componentes do sistema de governança.

39

O Guia de Implementação do COBIT® 2019 enfatiza uma visão corporativa da governança de tecnologia da informação. A governança e a gestão da tecnologia da informação corporativa devem, portanto, ser implementadas como parte integrante da governança corporativa.

Sobre as fases que compõem a abordagem de implementação do COBIT®, é correto afirmar que a fase:

- (A) “onde queremos chegar” prioriza projetos complexos que provavelmente trarão o maior benefício;
- (B) “onde estamos agora” indica que a gestão precisa conhecer sua capacidade atual e onde podem existir deficiências;
- (C) “o que precisa ser feito” define projetos apoiados por justificativas de tecnologia da informação e um plano de riscos para implementação;
- (D) “como mantemos o ritmo” revisa o sucesso parcial da iniciativa, identifica requisitos iniciais de governança ou gestão e reforça a necessidade de manutenção do processo estabelecido;
- (E) “como chegaremos lá” prevê a implementação das soluções propostas por meio de práticas robustas a curto prazo e o estabelecimento de medidas e sistemas de monitoramento para garantir o alinhamento com a tecnologia da informação e a mensuração do desempenho.

40

Durante o expediente, o sistema de e-mails corporativo ficou fora do ar por duas horas, afetando a comunicação entre setores. Em virtude de a empresa estar de acordo com a norma ISO/IEC 20000, o gestor de TI acionou o processo de gerenciamento de incidentes, conforme previsto.

Nessa situação, o incidente relatado deve ser:

- (A) atualizado em seu registro com base em seu impacto;
- (B) categorizado, podendo até ser postergado em caso de baixo prejuízo financeiro;
- (C) registrado, categorizado e resolvido com base em procedimentos definidos;
- (D) classificado, devendo-se manter o gestor de TI informado caso seja considerado grave;
- (E) analisado, e deve ser implementada uma possível solução de contorno, de forma a reduzir prejuízos.

41

Cristina, que trabalha como chefe de departamento de infraestrutura, tem recebido reclamações sobre diversos incidentes relacionados à lentidão do sistema de gestão. A equipe responsável realiza uma investigação e descobre que um estagiário estava executando consultas simultâneas no banco de dados, deixando-o sobrecarregado.

Essa situação não foi identificada inicialmente, antes de o serviço entrar em operação, e se tornou um risco para os serviços ativos, o qual, segundo o ITIL 4 Foundation, deve ser abordado pelo gerenciamento de:

- (A) incidentes;
- (B) ativo de TI;
- (C) problemas;
- (D) mudanças;
- (E) capacidades.

42

Durante uma reunião de uma empresa de Recursos Humanos (RH), o gestor afirmou que, enquanto os KPIs (Key Performance Indicators) ajudam a monitorar continuamente o desempenho operacional, os OKRs (Objectives and Key Results) são uma metodologia de definição de metas estratégicas. A partir dessas afirmações, o gestor determinou que sua equipe fizesse a redefinição das metas estratégicas, com base nas OKRs existentes para um melhor direcionamento dos esforços.

Uma dessas metas é:

- (A) melhorar a retenção de talentos na organização, criando um ambiente que estimule o desenvolvimento e o engajamento das pessoas colaboradoras;
- (B) medir o percentual de pessoas colaboradoras que deixaram a organização em um determinado mês, pois um aumento nesse número pode sinalizar problemas na retenção de talentos;
- (C) controlar a agilidade do processo seletivo, da abertura da vaga até a contratação, pois um tempo elevado pode impactar a produtividade das equipes;
- (D) avaliar o engajamento e a percepção geral dos profissionais em relação à organização, o que é essencial para melhorar a experiência de quem trabalha na empresa;
- (E) contabilizar o quanto a organização investe em desenvolvimento contínuo, pois este é um bom termômetro da cultura de aprendizagem.

43

A empresa Y está trabalhando no desenvolvimento de um sistema bancário e encontra-se na fase de codificação. Nesse momento, a equipe percebeu que os testes estavam sendo realizados apenas ao final de cada módulo, o que demandava um tempo excessivo para revisões. A empresa Y resolveu contratar uma consultoria para melhorar a qualidade nesse processo, reduzindo o retrabalho e melhorando a detecção precoce de defeitos.

A consultoria identificou que poderia melhorar o desenvolvimento do sistema bancário implementando o(a):

- (A) teste de carga;
- (B) auditoria externa;
- (C) teste de aceitação;
- (D) refatoração contínua;
- (E) revisão de código por pares.

44

Durante o desenvolvimento de um sistema de controle de estoque, a equipe de engenharia de software optou por fazer uso do Desenvolvimento Guiado por Testes (TDD). A intenção era exercitar a interface e tentar encontrar erros nas estruturas de dados e na funcionalidade fornecida pelo componente. Após algumas iterações, notou-se que o código estava mais modular e com menos defeitos.

Portanto, a prática essencial do TDD implementada nesse processo foi:

- (A) priorizar a documentação do sistema antes da criação dos testes;
- (B) executar testes manuais antes de cada commit no repositório de código;
- (C) escrever testes automatizados apenas para os módulos críticos do sistema;
- (D) escrever os testes de integração após a implementação completa do sistema;
- (E) escrever um teste automatizado antes da implementação da funcionalidade correspondente.

45

Durante a inclusão de um novo serviço de tecnologia da informação (TI) no catálogo de serviços de uma organização, verificou-se a necessidade de realizar o saneamento das informações existentes, de modo a mantê-las consistentes e íntegras para os usuários da área de negócios.

São informações essenciais para a área de negócios no catálogo de serviços:

- (A) serviços experimentais;
- (B) serviços em desenvolvimento;
- (C) atividades operacionais internas;
- (D) processos de solicitação do serviço;
- (E) informações técnicas detalhadas de infraestrutura.

46

Ao reorganizar a sua central de serviços de tecnologia da informação (TI), um órgão identificou os ativos e serviços que requerem monitoramento e definiu estratégias para restauração dos serviços em caso de incidentes.

Para priorizar o gerenciamento dos incidentes, o órgão deve considerar:

- (A) a reincidência do incidente;
- (B) o impacto e a urgência do incidente;
- (C) o tempo médio para reparo do incidente;
- (D) o modelo do incidente, contendo os prazos de tratamento e escalonamento;
- (E) o registro do incidente pelo usuário, contendo o horário exato da ocorrência.

47

A consulta à matriz de compatibilidade de versões hardware e software, antes de uma atualização de versão de sistema operacional, é essencial para garantir a manutenção da disponibilidade dos serviços, do desempenho e da garantia de suporte do fabricante, e a utilização de versões homologadas é uma boa prática diretamente relacionada ao gerenciamento de:

- (A) riscos;
- (B) mudanças;
- (C) requisições;
- (D) incidentes;
- (E) configuração.

48

Um órgão está implantando o gerenciamento de problemas e distribuiu as equipes nas quatro atividades primárias do processo, cuja sequência correta é:

- (A) identificação → registro do erro e avaliação → registro da solução → fechamento do erro e problema associado;
- (B) identificação → registro do problema e classificação → investigação e diagnóstico → resolução e encerramento do problema;
- (C) identificação → registro do incidente e classificação → investigação e diagnóstico → solução e fechamento do incidente;
- (D) identificação → registro do problema e avaliação da reincidência → registro da solução → resolução e encerramento do problema;
- (E) identificação → registro do incidente recorrente e classificação em problema → investigação e diagnóstico → solução e fechamento do problema.

49

O gerenciamento de nível de serviço pode envolver diversos acordos complementares para cumprir as metas estabelecidas entre a organização e o cliente.

Considerando os principais tipos de acordo existentes nesse tipo de gerenciamento, é correto afirmar que:

- (A) o UC (Underpinning Contract) é o acordo com fornecedores externos, necessitando de acordos complementares entre os setores internos da organização;
- (B) o OLA (Operational Level Agreement) é o acordo com fornecedores externos, necessitando de acordos complementares entre os setores internos da organização;
- (C) o OLA (Operational Level Agreement) é o acordo entre os setores internos da organização, dispensando acordos complementares com provedores de serviços externos;
- (D) o UC (Underpinning Contract) é o acordo entre os setores internos da organização, necessitando de acordos complementares com provedores de serviços externos;
- (E) o SLA (Service Level Agreement) é o acordo entre a organização e o cliente, dispensando acordos complementares com outros setores internos e provedores de serviços externos.

50

Um CMS/CMDB (Configuration Management System / Configuration Management Database) adequadamente mantido é fundamental para que seja utilizado como a base de informação para o gerenciamento de implantação e liberação de serviço, pois:

- (A) apoia a redução de falhas pós-implantação;
- (B) permite avaliar riscos com base em dependências reais;
- (C) ajuda a avaliar riscos de indisponibilidade por falhas de itens de configuração;
- (D) permite encontrar itens de configuração que apresentam falhas recorrentes;
- (E) ajuda a identificar rapidamente o item de configuração afetado durante uma atualização.

51

Uma aplicação baseada em microsserviços, hospedada em uma nuvem privada de um órgão, tem apresentado picos de latência em transações que atravessam vários serviços.

Com base no conceito de observabilidade, a correlação correta de itens a ser adotada para acelerar a investigação da causa raiz do problema é:

- (A) thresholds distribuídos + métricas + logs distribuídos;
- (B) traces distribuídos + métricas + logs correlacionados;
- (C) thresholds locais + métricas agregadas + logs centralizados;
- (D) traces locais + métricas agregadas + thresholds distribuídos;
- (E) traces locais + thresholds distribuídos + logs correlacionados.

52

A diretoria de TI de um órgão está aprimorando seu gerenciamento de configuração, pois reconhece a importância de um CMS/CMDB atualizado e íntegro para as práticas de governança de TI.

O tipo de informação que o órgão precisa armazenar no CMDB é:

- (A) logs de sistemas;
- (B) registro de reinicialização de servidor;
- (C) atualização de conteúdo de banco de dados;
- (D) inventários temporários dos itens de configuração;
- (E) alteração de responsável por um item de configuração.

53

O setor de gestão de riscos está sendo reestruturado, e o novo gestor está avaliando os resultados anteriores para implementar melhorias na organização. Ao analisar os relatórios de gestões anteriores, o novo gestor percebeu que os riscos eram tratados como burocracia e que havia monitoramento apenas dos riscos operacionais.

Diante das informações mapeadas, o novo gestor deve implementar, respectivamente, as seguintes ações para tratar os problemas identificados:

- (A) incentivar liderança ativa e desenvolvimento cultural e incluir riscos estratégicos na gestão;
- (B) ampliar a comunicação com a alta gestão e priorizar os riscos conforme critérios estabelecidos;
- (C) desenvolver uma cultura organizacional e implementar registro e relato formal de riscos;
- (D) ampliar a comunicação e conscientização e implantar monitoramento contínuo dos riscos;
- (E) integrar a gestão de riscos à governança e aos processos organizacionais, ampliando escopo do contexto e tipos de riscos.

54

O setor de gestão de pessoal está mapeando as competências dos servidores para identificar lacunas em relação às competências necessárias às tarefas críticas, com o objetivo de elaborar o plano de capacitação para o ano seguinte.

A abordagem mais adequada para corrigir a falta de conhecimento é:

- (A) redesenho de processos e fluxos;
- (B) revisão de perfis de competências;
- (C) ações de desenvolvimento no trabalho;
- (D) realocação ou readequação de pessoas;
- (E) plano de desenvolvimento de competências.

55

Um órgão realizou uma licitação para adquirir um equipamento de conectividade para a área de TI. O empenho foi emitido em setembro e a entrega estava prevista para 10 de dezembro. Dez dias antes do prazo, a empresa solicitou uma prorrogação de 60 dias, alegando falta de insumos por motivo superveniente.

Considerando as regras de gestão financeira e orçamentária, e visando a garantir a aquisição do item, é correto afirmar que:

- (A) o empenho deve ser inscrito em restos a pagar, na condição de processado;
- (B) o empenho deve ser inscrito em restos a pagar, na condição de não processado;
- (C) a nota fiscal deve ser liquidada antecipadamente para assegurar a entrega do material e o orçamento do ano corrente;
- (D) o empenho deve ser cancelado no ano corrente e ser refeito no ano de entrega do material para manter o orçamento do ano anterior;
- (E) o empenho deve ser cancelado, pois o material será entregue em um ano diferente ao de sua emissão, sem previsão orçamentária para pagamento.

56

O gestor de tecnologia da informação de um órgão está identificando os processos da organização para aplicação de melhorias contínuas a fim de agregar mais valor para os clientes. Dentre as situações identificadas, a melhoria contínua deve ser aplicada em:

- (A) processos repetitivos;
- (B) projetos de curta duração;
- (C) ambientes instáveis ou em crise;
- (D) processos sem dados confiáveis;
- (E) serviços a serem descontinuados.

57

Um analista de negócios está levantando os requisitos funcionais com os stakeholders para identificar as necessidades, expectativas e problemas reais a serem tratados por um novo sistema.

Um dos requisitos funcionais identificados pelo analista de negócios foi a necessidade de que o sistema tenha:

- (A) interface acessível;
- (B) dashboard de tarefas vencidas;
- (C) interface intuitiva e responsiva;
- (D) alta disponibilidade para o usuário;
- (E) conformidade legal com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

58

O analista Paulo está modelando as atividades realizadas por cada um de seus colaboradores visando a organizá-las e categorizá-las, ilustrando as responsabilidades de cada um no processo de negócio do seu departamento.

Para isso, empregando o BPMN, Paulo deve utilizar:

- (A) raias;
- (B) associações;
- (C) transações;
- (D) coreografias;
- (E) subprocessos.

59

O analista Antônio precisa otimizar os processos da sua diretoria, pois haverá corte de pessoal. Para isso, ele modelou os processos atuais e identificou gargalos e atividades redundantes.

Para contornar os problemas identificados, Antônio, na sequência, redesenhou o processo modelando:

- (A) um AS-IS;
- (B) um TO-BE;
- (C) um trigger;
- (D) um compensation flow;
- (E) indicadores de desempenho.

60

Para melhorar a qualidade dos dados dos sistemas de apoio à decisão da sua organização, João decidiu implantar uma governança de dados. Uma das primeiras medidas foi definir quais pessoas eram responsáveis por quais dados, ou seja, quem era responsável por documentar e manter os dados prontos para uso analítico.

Para isso, João definiu os:

- (A) cientistas de dados;
- (B) curadores de dados;
- (C) consumidores de dados;
- (D) programadores de dados;
- (E) administradores de banco de dados.

61

O chefe de Juca solicitou a implementação de uma solução para exploração de dados multidimensionais visando a apoiar análises de fatos por diferentes perspectivas e níveis hierárquicos, com a possibilidade de realizar cortes por meio de filtros em atributos descritores.

Para atender à solicitação de seu chefe, Juca implementou um(a):

- (A) ETL;
- (B) Data Mart;
- (C) barramento;
- (D) ferramenta OLAP;
- (E) repositório de metadados.

62

Lucas precisa implementar uma metodologia ágil para que as atividades dos membros da sua equipe de desenvolvimento de projetos possam estar visíveis, especialmente, para controlar as tarefas em andamento, além das atividades a serem feitas e as concluídas.

Para implementar um quadro visual com a situação das atividades do seu projeto, Lucas deve utilizar um:

- (A) Sprint;
- (B) Kanban;
- (C) Checklist;
- (D) Daily Scrum;
- (E) Product Backlog.

63

João e Maria tiveram um embate argumentativo, considerando as ideias que prestigiavam. João, valendo-se de sua liberdade de expressão, teria feito comentários que Maria entendia serem prejudiciais à sua imagem no ambiente sociopolítico e, em último nível, ao seu direito à honra. Por tal razão, Maria ajuizou ação de reparação de danos morais em face de João.

O juiz de direito, ao julgar a causa, observou corretamente que:

- (A) a ordem constitucional somente consagra o direito fundamental à liberdade de expressão, não o direito à honra;
- (B) a liberdade de expressão, em ambientes democráticos, sempre tem preferência sobre outros direitos, a exemplo da honra;
- (C) os direitos fundamentais oferecem proteção absoluta à pessoa humana; logo, é argumentativamente insustentável a colisão cogitada por Maria;
- (D) o direito à honra decorre da dignidade humana, assumindo contornos absolutos, sendo insuscetível de ser objeto de compressão pela liberdade de expressão;
- (E) a identificação do direito que deve preponderar, em maior ou menor medida, se a liberdade de expressão ou o direito à honra, será feita à luz das circunstâncias do caso concreto.

64

O secretário de Infraestrutura do Estado Beta, logo após ser empossado, solicitou que sua assessoria elaborasse edital de licitação com o objetivo de realizar a concessão do serviço local de gás canalizado, de modo a viabilizar a sua exploração por uma sociedade empresária. Essa forma de exploração, ao ver do secretário, tenderia a alcançar maiores níveis de eficiência, considerando a maior mobilidade do setor privado.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa e a sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido serviço local:

- (A) deve ser explorado pelos municípios, não por Beta;
- (B) deve ser explorado por Beta diretamente, e não indiretamente, como cogitado;
- (C) pode ser explorado indiretamente por Beta, sob o regime de concessão, como cogitado;
- (D) pode ser explorado por Beta direta ou indiretamente, desde que haja delegação da União;
- (E) é de competência privativa da União, não sendo permitido que sua exploração seja delegada a outros entes federativos.

65

O prefeito do Município Sigma almeja contratar pessoa com expertise na área de gestão e governança digital, para dirigir um setor especificamente direcionado ao aprimoramento das atividades que demandam suporte tecnológico, de modo a aprimorar os serviços oferecidos à população. A exigência de um profissional qualificado para a direção do setor refletia uma necessidade permanente da Administração Pública.

Ao consultar sua assessoria jurídica em relação ao formato da referida contratação, o chefe do Poder Executivo municipal foi corretamente esclarecido de que:

- (A) deve ser utilizada a sistemática da contratação temporária;
- (B) a contratação deve ser antecedida pela aprovação da pessoa em concurso público;
- (C) podem ser utilizadas as sistemáticas do cargo em comissão e da função de confiança;
- (D) somente pode ser utilizada a sistemática do cargo em comissão, caso não haja prévia aprovação em concurso público;
- (E) somente pode ser utilizada a sistemática da função de confiança, caso não haja prévia aprovação em concurso público.

66

João, servidor público no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, está analisando determinado processo em que a autarquia estadual Alfa e a sociedade de economia mista Beta são partes.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que:

- (A) a sociedade de economia mista Beta é uma pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública indireta;
- (B) o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é um órgão público integrante da Administração Pública indireta;
- (C) a autarquia estadual Alfa é uma pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Pública direta;
- (D) o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é uma manifestação da descentralização administrativa;
- (E) a autarquia estadual Alfa é uma manifestação da desconcentração administrativa.

67

Matheus, servidor público no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que a sociedade empresária Alfa impetrou, em juízo, mandado de segurança coletivo, com o objetivo de proteger o direito líquido e certo dos seus acionistas. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a sociedade empresária Alfa agiu de forma:

- (A) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- (B) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus associados;
- (C) acertada, pois, ausente previsão constitucional ou legal em sentido contrário, o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas, na defesa dos interesses da coletividade em geral;
- (D) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas dos estados da federação;
- (E) acertada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por qualquer pessoa jurídica de direito privado, na defesa dos interesses de seus membros ou acionistas.

68

O prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, pretende publicar edital de licitação visando à celebração de contrato administrativo com a entidade vencedora. Registre-se que o referido agente político demonstrou interesse na utilização, como modalidade de licitação, de regras combinadas do pregão e da concorrência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, pois, como a legislação é silente sobre a matéria, o poder público não poderá inovar;
- (B) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, desde que haja concordância expressa dos licitantes;
- (C) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, desde que o edital de licitação assim o preveja;
- (D) não é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, por expressa vedação legal nesse sentido;
- (E) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, por expressa previsão legal nesse sentido.

69

O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus), aprovado pela Resolução CNJ nº 522/2023, explicita que:

- (A) para avaliação do grau de aderência ao MoReq-Jus, os sistemas deverão ser submetidos ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça;
- (B) para o aproveitamento comum das melhores soluções tecnológicas, deve ser aplicado o conceito de desenvolvimento livre;
- (C) para o desenvolvimento ou a aquisição de sistemas, as especificações e o respectivo documento de visão deverão fazer menção expressa ao grau de adesão ao MoReq-Jus;
- (D) para a especificação de requisitos não funcionais que cause dependência tecnológica de fornecedor externo, faz-se necessária a avaliação prévia com vistas à possível definição de acordo de cooperação entre as partes;
- (E) na especificação e no desenvolvimento de funcionalidade em que se constate conflito entre requisitos, deverão ser aplicados os requisitos não funcionais relacionados à segurança, em detrimento de outros.

70

Matheus, servidor público no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, abandonou, dolosamente, o cargo público por ele ocupado, sem qualquer justificativa e fora dos casos permitidos em lei. Registre-se, contudo, que a conduta de Matheus não gerou prejuízo ao poder público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus:

- (A) não responderá por qualquer delito, já que o abandono de função, para caracterizar infração penal, pressupõe a ocorrência de prejuízo ao poder público;
- (B) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena;
- (C) não responderá por qualquer delito, já que o abandono de função, embora reprovável, não é tipificado como infração penal;
- (D) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena;
- (E) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

PROVA DISCURSIVA

Por ocasião de vazamento de dados no website que hospeda o sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), o Tribunal de Justiça do Estado X (TJEX) contratou a empresa de segurança digital SafePlus para análise de incidente. Em entrevista de investigação, o órgão informou que há três dias uma brecha provocou o acesso indevido às informações cadastrais de 2.200 pessoas. Devido ao fato de o TJEX ser responsável pelo tratamento dos dados, foi relatado acesso aos seguintes dados: informações processuais, dados pessoais de partes, advogados e magistrados, além de documentos sigilosos. Outrossim, em relato, os técnicos do TJEX informaram que uma licitação para contratar uma empresa especializada em ciclo de vida de desenvolvimento de software seguro estava em andamento em virtude da produção de um novo portal. Os requisitos do novo contrato de prestação de serviço referem-se ao emprego de duas técnicas:

- transformação dos dados que possuem a capacidade de identificar um titular de maneira que a probabilidade de os associar, diretamente ou indiretamente, a um titular específico é reduzida. Isto é, mesmo que o dado vaze, o atacante terá extrema dificuldade ou talvez não consiga identificar o real titular por trás dos dados;
- transformação do código-fonte de um software ou aplicativo difícil de entender e interpretar, protegendo a propriedade intelectual e os dados sensíveis de um software ao tornar o código mais complexo e menos legível. Como resultado, os desenvolvedores buscam evitar que atacantes consigam entender a lógica do programa, o que poderia levar a vulnerabilidades exploráveis.

Conquanto o incidente tenha sido identificado pelo departamento de segurança do TJEX, ainda não foi corrigido, uma vez que está pendente de manutenção para voltar a operar normalmente. Por fim, em reservado, os técnicos do TJEX também relataram dissidência de diretrizes entre a gestão e a diretoria do órgão.

Considerando o cenário apresentado, responda as perguntas a seguir.

- a) A respeito da ocorrência de incidente de segurança conforme disposto na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018 e suas alterações), quem deve ser comunicado devido ao risco ou dano relevante?
- b) Em virtude da dissidência de diretrizes, qual é o objetivo da governança e do gerenciamento de acordo com os princípios do COBIT 2019?
- c) Quais são as duas técnicas, referenciadas no texto, que devem atender ao requisito do novo contrato?
- d) Qual é a diferença entre a monitoração e a observabilidade aplicadas aos sistemas em produção do TJRJ?

Valor: 20 pontos

Máximo de 30 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

